



A INCLUSÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA E INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

ZILFRAN VARELA FONTENELE – *Autor¹

ISAÍDE BANDEIRA DA SILVA – Coautora²

Introdução

A atual Constituição Brasileira, promulgada no dia 05 de outubro de 1988, ficou conhecida por “cidadã”, pois ampliou como nenhuma de suas antecessoras os limites da cidadania e garantias individuais em nosso país. A referida Carta trouxe ainda um capítulo específico sobre educação, que se estende dos artigos 205 a 214. O artigo 205 traz as linhas gerais a serem seguidas no exercício de promover a educação, no sentido de democratizá-la, afirmando que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf, acesso 28 jan. 15)

Em seguida, no artigo 206, estão os princípios para o ensino brasileiro, como: a liberdade de ensino, aprendizagem e pesquisa; a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a convivência de instituições públicas e privadas; a gratuidade do ensino público; a valorização dos profissionais do magistério; e a garantia de qualidade. São garantidas ainda a autonomia universitária (artigo 207) e o dever do Estado de garantir ensino público em todos os níveis (artigo 208), com a colaboração da União, Estados e Municípios.

¹ *Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – *campus* Pau dos Ferros. Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2007), Pós-Graduação em Ensino de História pela Faculdade Farias Brito – FFB (2013), mestrando no curso de Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN.

² Professora Adjunta J da Universidade Estadual do Ceará – UECE – Campus Quixadá/Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central. Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (1998), Mestrado em História Social pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2004) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2009).



De uma maneira geral, o objetivo do texto constitucional é universalizar a educação, permitindo que seja um fator de mudança e crescimento para a vida das pessoas, bem como o desenvolvimento da cidadania e o respeito à diversidade. Em virtude do seu grau de abrangência

e da necessidade de abordar de maneira mais clara os vários aspectos ligados especificamente à educação, a Carta Magna de 1988 orientou para a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que foi aprovada em 1996.

Através da LDB (Lei Nº. 9394/96), o Governo Federal procurou estruturar a educação no Brasil e adequá-la aos princípios propostos tanto pela Constituição de 1988 quanto pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.

A partir de então a formação do aluno em uma instituição escolar passou a ter como objetivo a construção de conhecimentos que valorizem as diversidades culturais, a preparação científica e a capacidade para usar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Vale ressaltar ainda que após a promulgação da LDB, uma série de discussões resultaram na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em 1999. Os PCN atuaram como referência para a concretização dos objetivos legais, reformas no conteúdo e didática na Educação Básica.

No que diz respeito ao Ensino Médio, as reformas curriculares implantadas no Brasil pela LDB (Lei nº 9394/96), bem como as orientações contidas nos PCN nos levam a entender que as tarefas da escola vão além das aspirações de preparar para o trabalho. Mais que isto, a escola precisa educar no sentido de formar jovens para o exercício da cidadania. Portanto, o Ensino Médio deve atualizar histórica, social e tecnologicamente os jovens cidadãos, o que implica uma formação que inclui respeito à diversidade, flexibilidade funcional, criatividade, autonomia de decisões, capacidade de trabalhar em equipe e exercer múltiplos papéis, além da autonomia intelectual, pensamento crítico e capacidade de solucionar problemas. É importante destacar que a atuação de cidadãos não se restringe às práticas cotidianas na escola e sim com as diversas realidades que compõem a vida dos discentes: círculos sociais, costumes locais e regionais, representações, política, mídia, redes sociais, acesso à informação e à tecnologia.

1- A História no Ensino Médio

A História contribui nessa formação na medida em que estimula no indivíduo uma reflexão da realidade, e o professor tem importância fundamental no processo, como afirma Flávio Gikovate: “Dentre todos os personagens que integram uma instituição educacional, professor fica com o papel principal.” (GIKOVATE, 2001:49)

Na área das Ciências Humanas, os PCN para do Ensino Médio trazem como proposta fundamental para a disciplina de História, a substituição dos conteúdos organizados de forma linear por eixos temáticos, com o intuito de superar o ensino baseado na cronologia, que marcou a educação implantada no final do século XIX e utilizada no transcorrer do século XX, cuja preocupação fundamental do historiador era estudar os fatos de maneira neutra, enfatizando os aspectos políticos, a construção da identidade nacional e tratando a História como resultado da ação de indivíduos, excluindo sujeitos, ações e lutas.

A disciplina de História no Ensino Médio é fundamental na formação intelectual dos jovens ao estimular uma leitura crítica da realidade. Desta forma torna-se possível a análise de diversas temporalidades que permitem captar os processos históricos, a produção cultural dos seres humanos, seus relacionamentos com outros seres, com a natureza e com seu cotidiano, levando a refletir acerca de continuidades e/ou mudanças ao longo dos tempos.

A formação do aluno em uma instituição escolar passou a ter como objetivo a construção de conhecimentos que valorizem as diversidades culturais, a preparação científica e a capacidade para usar as diferentes tecnologias relativas às áreas de atuação.

Diante destas demandas, questionamos se os conteúdos abordados nos livros e aulas de História do Brasil no Ensino Médio, superaram, de fato, os conteúdos excessivamente etnocêntricos e eurocêntricos, marcados pela sobreposição da ação dos brancos de origem europeia e seu aspecto “civilizador”, valorizando uma “brancura”, relegando a um caráter excludente e submisso das contribuições indígenas, negras e asiáticas.

A sociedade brasileira é multicultural, pluriétnica e democrática. A Educação nacional demanda a valorização da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Nesta perspectiva, para reparar danos que se repetem há mais de 500 anos e resgatar as contribuições históricas e culturais de forma equânime, foram promulgadas as Leis 10639/2003 e 11645/2008. A primeira determina a inclusão de História e Cultura Africana e Afro Brasileira nos currículos do Ensino Médio, enquanto a segunda reforçava a primeira determinando a inclusão de História e Cultura

Indígena, sendo portanto mais abrangente. Diante disso, a partir de agora nos reportaremos prioritariamente a Lei 11.645/2008 acreditando que a mesma já contempla a obrigatoriedade da educação Afro Brasileira e Indígena, e determinando que estas inclusões se deem preferencialmente nas áreas de História do Brasil, Educação Artística e Literatura.

Cabe aqui o questionamento se está havendo de fato respeito e valorização da diversidade de heranças na formação Histórica do nosso país, o que reflete uma escola distanciada do racismo e da discriminação contra negros e indígenas. O ensino da disciplina de História vem atendendo a esta demanda? O questionamento se estende aos conteúdos apresentados nos livros didáticos de História utilizados nas escolas públicas de Ensino Médio e suas orientações didáticas aos professores, visto que estes livros só podem ser utilizados se atenderem às regras estabelecidas no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que tem como critério de aprovação o atendimento a Lei 11.645/2008.

Com relação ao livro didático, podemos afirmar que, atualmente, a aquisição do mesmo em uma escola pública segue critérios definidos pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE através do PNLD, que após análise criteriosa dos livros, publica e envia para cada escola pública um Guia dos livros aprovados e aptos a serem escolhidos e adotados pelas instituições públicas de ensino no País. Ressaltamos que esses critérios de análise da avaliação do PNLD constam em Edital, ao qual as editoras têm acesso ao inscrever suas coleções para serem avaliadas. Os mesmos critérios são ressaltados posteriormente no Guia de Livros Didáticos, publicado depois de cada processo avaliativo (que ocorre a cada três anos), anexo a cada volume.

Faz parte da responsabilidade, portanto, do Ministério da Educação – MEC ficar atento para que a verba pública advinda de inúmeros impostos não seja empregada em obras duvidosas, permeadas de erros históricos, anacronismos e/ou discriminações, ou que estejam claramente “fora da lei”, isto é, ferindo artigos tanto da Constituição Federal, quanto LDB (Lei Nº 9.394/96), alterada pelas leis referentes à Educação Afro Brasileira e Indígena, com destaque para a Lei Nº 11.645/2008.

2- História e Cultura Afro Brasileira e Indígena na Educação Básica

A determinação da inclusão de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena nos currículos da educação básica por determinação das Leis 10639/2003 e 11645/2008, ratifica um momento histórico de consolidação e amadurecimento da democracia no Brasil, e busca não

somente transformar o foco etnocêntrico dos currículos escolares, mas ampliar este horizonte para a diversidade étnica, histórica, cultural, social e econômica em nosso país.

O artigo 26-A, acrescentado na LDB (9394/1996), incentiva não apenas a inclusão de novos conteúdos. Exige, acima de tudo, que sejam repensadas e discutidas as relações étnicas, sociais, pedagógicas, procedimentos de ensino, objetivos da educação e condições de aprendizagem.

Além disto, as Diretrizes Curriculares defendem que é papel da escola desconstruir as representações recorrentes que minimizam o papel de negros e índios, como por exemplo, que o afrodescendente tem como único atributo a descendência escrava, subalterna ou dominada.

Cabe portanto, à escola, assumir este papel de formação dos jovens em um contexto multicultural, multiétnico, plural, diverso. A escola deve mostrar que esta diversidade não resulta somente de uma herança ou do prevaletimento de um determinado grupo, mas da composição de várias contribuições de diversos atores, de diversas origens étnicas, geográficas, culturais, econômicas.

Vale frisar que as Diretrizes Curriculares para as relações étnicas raciais, aprovadas em junho de 2004, dão aos estabelecimentos escolares autonomia para compor projetos pedagógicos para seu cumprimento, se valendo de colaborações da comunidade, apoio de Universidades e de movimentos sociais, como grupos culturais negros ou de defesa dos indígenas.

Em síntese, cabe à escola: a responsabilidade de eliminar a visão reduzida e muitas vezes distorcida com que são tratadas as contribuições de negros e indígenas e seus descendentes para a construção da nossa pátria; e consolidar um ambiente de combate ao racismo, à discriminação e respeito à diversidade.

Concluimos então que, em atendimento à demanda de cumprimento das determinações da Lei 11645/2008, o livro didático se tornou um parceiro fundamental dos professores de História no seu cotidiano escolar, bem como traz o referencial para os conteúdos abordados nas salas, tanto no seu texto básico, como nas referências, ilustrações e manuais de orientação para os professores.

Isto posto, em nossa pesquisa em andamento, estamos analisando livros didáticos de História do Ensino Médio, aprovados pelo Ministério da Educação - MEC através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, que são utilizados nos cursos técnicos integrados do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN – *Campus* Pau dos Ferros e em escolas estaduais das cidades de Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, São Francisco do Oeste, Francisco Dantas e Encanto, situadas na região do Alto Oeste Potiguar, no

Rio Grande do Norte. Analisamos a forma como estes livros vêm abordando os conteúdos e temáticas de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena, analisando as diversas partes que os compõem, bem como seus manuais de orientação e apoio didático. Assim poderemos analisar se os livros didáticos têm superado a visão eurocêntrica que marcou a História do Brasil e que tem perpetuado estereótipos preconceituosos e racistas, e sua apropriação por professores e alunos.

As transformações na educação brasileira que vêm se processando entre o final do século XX e início do século XXI demandaram alterações legais que impactaram diretamente nas práticas docentes cotidianas, onde residem suas bases de execução, operacionalização e consolidação.

Ao analisar os livros didáticos adotados por professores de História na inclusão de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena nas aulas do Ensino Médio, não daremos, neste trabalho, por enquanto, foco à formação docente e sim a apropriação que estes fazem dos livros didáticos e do impacto destes na sua atuação em sala, seja no comportamento ou em concepções.

Reconhecemos que em muitos casos houve déficit na formação dos professores de História com relação ao tema determinado nas Leis 10639/2003 e 11645/2008. Podemos citar inicialmente a formação na Universidade, já que muitos professores concluíram sua graduação antes da entrada em vigor das mesmas, especialmente a mais recente, e provavelmente não tiveram disciplinas específicas ou que deram a importância devida ao tema. Mesmo os que concluíram sua graduação mais recentemente se ressentem da ausência de tais disciplinas, visto que as Universidades não as têm oferecido recentemente, o que pode ser confirmado na análise de suas estruturas curriculares. Diante deste cenário Maurice Tardif observa que:

Na maioria dos países ocidentais, os sistemas escolares veem-se hoje diante de exigências, expectativas e desafios sem precedentes. É no pessoal escolar, e mais especificamente nos professores, que essa situação crítica repercute com mais força. (...) Enquanto as reformas educacionais anteriores enfatizavam muito mais as questões de sistema de ou de organização curricular, constata-se, atualmente, uma ênfase maior na profissão docente, e também na formação dos professores e na organização do trabalho cotidiano. Exige-se cada vez mais que os professores se tornem profissionais da pedagogia, capazes de lidar com os inúmeros desafios suscitados pela escolarização de massa em todos os níveis dos sistemas de ensino. (TARDIF, 2011: 114-115)

Concentramos nossa pesquisa nos usos e apropriações do livro didático utilizado por estes docentes de formação específica diversa para o tema, ou que não tiveram nenhuma capacitação para trabalhar com a valorização de setores sociais antes marginalizados. Observamos o impacto da utilização de livros didáticos que necessariamente tratam de valorizar as contribuições de afro brasileiros e indígenas, já que estes tiveram que atender às demandas legais para ser aprovados pelo PNLD e, conseqüentemente, foram adotados nas escolas que selecionamos para esta pesquisa. Choppin atribui quatro funções básicas para o livro didático: referencial, pois “...constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos”; instrumental, na medida em que “põe em prática métodos de aprendizagem, propõe exercícios ou atividades”; ideológica e cultural, pois é “um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes”; e documental, pois fornece “um conjunto de documentos (...) cuja observação ou confrontação pode vir a desenvolver o espírito crítico”. (CHOPIN, 2004: 549-556)

Estudar a utilização do livro didático pelo professor de História nos permitirá ainda compreender o nível de apropriação do mesmo às determinações da Lei 11645/2008, que como frisamos anteriormente, abrange a inclusão de temas que valorizam a contribuição de afro descendentes e indígenas para a formação de nossa sociedade. Trabalhar a diversidade e uma nova concepção da ação de atores sociais outrora marginalizados pressupõem um processo anterior de conscientização dos próprios docentes. As orientações do livro e seus conteúdos têm sido suficientes para tal fim? Vale frisar que a História é uma Ciência Humana, e como tal, marcada pela subjetividade. Concepções, valores, cotidiano e outras particularidades influenciam diretamente a análise dos fatos históricos. Autores diferentes trazem necessariamente visões diferentes sobre determinados assuntos. É possível e provável que os livros didáticos de História tragam concepções diversas acerca destas contribuições de indígenas e negros que podem causar impactos significativos nas abordagens em sala de aula dos assuntos tratados nestes livros. Como afirma Ciro Flamarion Cardoso “Natureza e história humanas aparecem como subsistemas da realidade do mundo, ambos em movimento dialético autodeterminado mas, por outro lado, vinculados um ao outro.” (CARDOSO, 1997: 26)

Esse subjetivismo pode interferir na abordagem, escolha ou até mesmo na exclusão de conteúdos presente nos livros didáticos por parte dos professores, no cotidiano das aulas.

Trabalhar certos conteúdos e outros não, é um problema curricular na disciplina de História na educação básica brasileira, pois o material oficial que poderia nortear melhor esta questão por série escolar como lembra Stamatto (2007), não o faz, ou

seja, os parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) tanto do Ensino Fundamental como do Médio não têm a finalidade de determinar conteúdos das disciplinas e assim, a autora mencionada destaca que “isto permite aos autores de livros didáticos na área uma grande diversidade na escolha de conteúdos históricos. Embora busquem cumprir os programas elaborados pelas Secretarias de Educação, nota-se que o discernimento para a escolha dos conteúdos propostos relacionam-se à concepção de História do autor.” (p.39) A seleção do que trabalhar em sala fica realmente, na maioria das vezes, por conta da autonomia do professor. (SILVA, 2014: 206)

Ainda segundo Silva, as pesquisas realizadas sobre livro didático no Brasil podem ser divididas em três blocos: Entre as décadas de 1970 e 1980, quando o foco estava voltado para perceber a “ideologia que permeava essa literatura didática” (SILVA, 2014: 206); final do século XX, quando as pesquisas que abordam o livro didático apontavam para “as diferentes transformações pelas quais este recurso didático já passou” (SILVA, 2014: 206), não sendo mais apontado como recurso de segunda categoria no processo de ensino-aprendizagem, inclusive com análises de abordagens de sujeitos como negros e índios no livros didáticos; e por fim no início do século XXI, quando as pesquisas mostravam maior interesse nos usos do livro didático.

Vale ressaltar que, quanto a este último aspecto, que corresponde ao nosso objeto de pesquisa, Silva (2014) ressalta ter encontrado apenas dois trabalhos, ambos situados na região Sudeste. Nossa pesquisa se reveste portanto de importante instrumento de observação da realidade local e regional, exatamente com ênfase no uso e apropriação do livro didático de História do Ensino Médio como um todo e de seus manuais pelos professores, e seu impacto direto na execução efetiva da Lei 11645/2008.

3- Nosso campo de ação da pesquisa sobre os usos dos livros didáticos no cotidiano do Ensino Médio

Iniciamos nossa pesquisa pela coleta de materiais publicados em livros, revistas, periódicos e *sites* com o intuito de enriquecer as referências bibliográficas, o que nos permitiu aprofundar conhecimentos sobre temas ligados à educação, legislação educacional, ensino de História e Livro Didático.

Em seguida, catalogamos os Livros Didáticos de História aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD que constam no mais recente Guia do PNLD (2015) para

o Ensino Médio e que, portanto são passíveis de utilização pelas escolas públicas de Ensino Médio, enfatizando os livros didáticos utilizados nas escolas selecionadas para a pesquisa.

A coleta de dados está sendo realizada junto aos professores de História que lecionam nas três séries do ensino Médio em escolas públicas estaduais das Cidades de Pau dos Ferros, Rafael Fernandes, São Francisco do Oeste, Francisco Dantas e Encanto, situadas na região do Alto Oeste Potiguar; e também junto aos professores de História dos cursos de nível Técnico Integrado do IFRN - Pau dos Ferros. A seguir listamos as escolas com o número de professores da referida disciplina que atuam em cada uma, perfazendo uma população total de onze docentes.

| <i>Pau dos Ferros</i> | <i>Professores de História</i> |
|---|--------------------------------|
| E E Professora Maria Edilma de Freitas | 02 |
| E E Dr: Jose Fernandes de Melo | 02 |
| Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFRN | 02 |

| <i>Rafael Fernandes</i> | <i>Professores de História</i> |
|----------------------------|--------------------------------|
| E E José Ferreira da Costa | 01 |

| <i>São Francisco do Oeste</i> | <i>Professores de História</i> |
|--------------------------------|--------------------------------|
| E E Professor Manoel Herculano | 01 |

| <i>Francisco Dantas</i> | <i>Professores de História</i> |
|-------------------------|--------------------------------|
| E E 26 de Março | 02 |

| <i>Encanto</i> | <i>Professores de História</i> |
|----------------|--------------------------------|
| E E Cid Rosado | 01 |

Estamos realizando entrevistas junto aos onze professores de História das sete escolas selecionadas nas cidades listadas, analisando aspectos ligados ao trabalho docente; ensino de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena; escolha e utilização de livros didáticos e seus manuais; e a apropriação destes e dos conteúdos ligados aos temas citados na Lei 11645/2008 pelos docentes.

No decorrer de nossa pesquisa pretendemos ingressar nas aulas de História que abordarem temas ligados a História e Cultura Afro Brasileira e Indígena afim de analisar o comportamento docente e a utilização na prática do livro didático através de uma *Observação Participante* – conceito introduzido na Antropologia por Malinowski, cuja definição encontramos na obra de Japiassu: “imersão completa na população estudada da qual se deve aprender a língua, partilhar a vida cotidiana, observar os fatos e gesto corriqueiros.”. (JAPIASSU, 2012: 43)

Procuraremos vivenciar o ambiente da sala de aula, nas três séries do ensino médio, em pelo menos duas aulas por turma, garantindo um melhor conhecimento da prática docente de utilização do livro didático na sala.

Nossa pesquisa se reverte de complexidades ligadas à subjetividade inerente à História e ao Historiador, na medida em que o comportamento e concepções estão sendo identificadas tanto na ação cotidiana dos professores quanto no trato que o livro didático dá a temas de História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. Neste sentido, utilizamos o método dialético, estando preparados para a possibilidade de encontrar contradições entre os sujeitos e objetos de pesquisa, pois reconhecemos a influência da subjetividade nas Ciências Humanas e no ensino de História.

Ao final visamos apresentar um olhar analítico no que se refere as questões que envolvem o livro didático no cotidiano da sala de aula e o trabalho com temas que visam assegurar a ampliação da cidadania, fortalecendo, ainda que a nível local, a democracia, a consciência social e acima de tudo combatendo o racismo e a discriminação, superando a visão tradicional de desvalorização de atores sociais tão importantes para a construção de um Brasil melhor.

Referências

ALVES, Rubem. **A Alegria de ensinar**. 6ª ed. Campinas: Papirus, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2ª Edição, revista e atualizada. São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOSA, Rogério Andrade. **Histórias africanas para contar e recontar**. São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

BASTOS, Núbia Maria Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. Fortaleza: Nacional, 2008.

BECKER, Fernando. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BERNARD, François. “Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural”. In: Brant, Leonardo. **Diversidade Cultural**. São Paulo: Escrituras Editora, 2005.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1999.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo(orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.)**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHOPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. In. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, V.30, n.3, p. 549-556, set./dez. 2004

DIAS, Lucimar Rosa. Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais. Da LDB de 1961 a Lei 10.639. **Revista espaço acadêmico**-Número 38 / Julho de 2004.

FLORENSE, Afonso Bandeira. O ensino da História e a natureza: um caminho na educação

patrimonial. In. LIMA, Carlos Augusto Ferreira (Org.). **Ensino de História: reflexões e novas perspectivas**. Salvador: Quarteto, 2004.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

FREIRE, Paulo e GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971 (Ecumenismo e Humanismo, 5).

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 44 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GIKOVATE, Flávio. **A Arte de Educar**. Curitiba: Nova Didática, 2001.

JAPIASSU, Hilton. **A crise das ciências humanas**. São Paulo: Cortez, 2012.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Ação educativa, 2004.

Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: outubro de 2005.

PASSOS, Joana Célia dos. “Discutindo as relações raciais na estrutura escolar e construindo uma pedagogia multirracial e popular”. In. Nogueira, João Carlos (Org.). **Multiculturalismo e a pedagogia multirracial e popular**. Florianópolis: Editora Atilênde, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: trajetórias, limites e perspectivas**. 5ª edição.

Campinas: Autores Associados, 1999.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da História. In: Cadernos Cedes. **Ensino de História: novos horizontes**. Vol. 1, nº 1. São Paulo: Cortez/CDES, 2005, p.348-364.

SILVA, Isaíde Bandeira da. **O livro didático da história no cotidiano escolar**. Curitiba: Apris, 2014.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. “Abordagens metodológicas nos Livros Didáticos de História – ensino fundamental (1ª a 4ª séries) – Brasil 1997 – 2007”. In: OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de & STAMATTO, Maria Inês Sucupira (Org.). **O Livro Didático de História: políticas educacionais, pesquisas e ensino**. Natal: EDUFRN, 2007.

_____, Maria Inês Sucupira (coord.). **Escolha e Uso do Livro Didático de História: pesquisa interinstitucional**. Natal: EDUFRN, 2008.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas** / Maurice Tardif, Claude Lessard; tradução de João Batista Kreuch. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Saberes docentes e formação profissional**. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

Sites Pesquisados:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf,
acesso 28 jan. 15

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. *A inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos currículos da Educação Básica*. In http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusaodahist

oriaculturaafro.pdf, acesso 08 jan 2015.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 21, n. 70, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 de janeiro de 2007.